

Dinâmica demográfica da região Médio Alto Uruguai/RS: cenários do desenvolvimento regional

Oscar Agustín Torres Figueredo¹

Recebido em: 01-10-2024

Aceito em: 01-12-2025

Resumo

O primeiro quarto do século XXI apresenta três fenômenos globais em termos demográficos: a queda da taxa de natalidade, o aumento da longevidade e os fluxos migratórios. Este artigo analisa a questão demográfica do Brasil e do Rio Grande do Sul e mais especificamente o Conselho de Desenvolvimento Regional do Meio Alto Uruguai – CODEMAU. A partir dos dados dos censos demográficos, o estudo que gerou este artigo teve como objetivo discutir a importância destes fenômenos, assim como do debate em torno ao futuro para o desenvolvimento regional. Mediante a pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários buscou-se compreender os processos demográficos que poderão acarretar preocupações em várias esferas da vida, principalmente o impacto sobre a economia e no desenvolvimento regional. Com menos gente nascendo e uma população mais idosa haverá menos população economicamente ativa, o que demandará a entrada de imigrantes, incidindo nos serviços públicos. Ainda, o atual contexto da crise climática poderá incidir nos padrões de vida de uma grande parte da população. Perante este cenário, é urgente os diálogos sobre o panorama demográfico que daqui a uns anos poderá impactar no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Transformações demográficas; Desenvolvimento regional; Políticas públicas.

Demographic dynamics of the *Médio Alto Uruguai/RS* region: scenarios for regional development.

Abstract

The first quarter of the 21st century presents three global occurrences in demographic terms: the fall in the birth rate, the increase in longevity and migratory flows. This article analyzes the demographic issue in Brazil, Rio Grande do Sul and more specifically in the *Conselho Regional de Desenvolvimento Médio Alto Uruguai – CODEMAU*. Based on data from demographic censuses, the aim is to discuss some of the importance of these characteristics, as well as the debate surrounding the future for regional development. Through bibliographic research and analysis of secondary data, the aim was to understand the demographic processes that may lead to concerns in various spheres of life, especially the impact on the economy and regional development. With fewer people being born and an older population, there will be a smaller economically active population, which will require the entry of immigrants, impacting public services. Even so, the current context of climate crisis may affect the living standards of a large part of the population. Given this scenario, it is urgent to discuss the demographic panorama that in a few years' time may impact regional development.

Keywords: Demographic transformations; Regional development; Public policies.

1 Introdução

A população brasileira, por motivos históricos e econômicos, se encontra distribuída de forma irregular no território. Embora esta característica tenha se alterado nas últimas décadas com o avanço relativo para o interior do país, a população ainda está bastante concentrada ao longo do litoral, onde se observa as maiores densidades demográficas. Em 1822, quando o Brasil declarou sua independência de Portugal, o enorme território do país independente era ocupado por uma população estimada de 4,7 milhões de pessoas.

¹ Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Professor do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Os dados do Censo Demográfico, realizado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), revela o tamanho da população brasileira. Segundo o IBGE, foram contabilizados 203.062.512 habitantes no país, tendo como data de referência o dia 31 de julho de 2022. Conforme algumas projeções o próprio instituto, em 2021, estimou-se uma população de cerca de 213 milhões de pessoas. Ou seja, uns 10 milhões a mais que o dado apresentado pelo Censo 2022, indicando que houve um erro de cobertura em torno de 6 a 8 milhões de pessoas. Para o demógrafo Eustáquio Diniz Alves, isso é normal já que nenhum censo consegue cravar com certeza o tamanho real da população.

Quando se observa os dados do Censo de 2022 em nível regional, o estado do Rio Grande do sul (RS) tinha um total de 10.882.965 de habitantes. O estado ocupa o sexto lugar entre os mais populosos do Brasil, sendo superadas por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná. Os municípios mais populosos estão na região do entorno de Porto Alegre (RMPA), na Região Metropolitana da Serra Gaúcha e na Aglomeração Urbana do Sul. A distribuição da população no RS é de certa irregularidade, onde o eixo que liga Porto Alegre a Caxias do Sul constitui a área mais povoada do estado. Um 67,4% dos municípios possuem população menor de 10 mil habitantes. Os municípios com população entre 10 e 50 mil habitantes, que seriam consideradas cidades médias, somam 119 (23,9% do total) e aqueles com população entre 50 e 100 mil (grandes cidades) eram 24 (4,8%). O mais relevante que o censo mostra em nível de RS é que, apenas 19 municípios possuem população superior a 100 mil habitantes, mas concentram 47% da população total do estado (IBGE, 2022).

Em termos de densidade demográfica média, o RS registrou 38,6hab/km² em 2022, sendo um dos estados da região sul que apresenta a menor densidade. Contudo, o RS ainda está acima da média brasileira que é de 23,9hab/km². A região de maior densidade demográfica se encontra no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul; dos 33 municípios com densidade superior a 200 habitantes/km² do estado, 22 fazem parte do citado eixo. Nas áreas da faixa oeste, centro e norte do estado, a densidade demográfica é abaixo de 20 habitantes/km²; são regiões que correspondem aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) Campos de Cima da Serra, Vale do Jaguari, Fronteira Oeste, Campanha, Jacuí Centro, Alto da Serra do Botucaraí e Missões (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

Após desta breve introdução, este artigo tem como objetivo discutir e entender o contexto demográfico do CODEMAU, que abrange a porção norte do estado do Rio Grande. Almeja relacionar a dinâmica social dos seus municípios e seus desdobramentos para o desenvolvimento regional e alguns temas da atual crise socioambiental. Utilizou-se a revisão de

documentos de instituições internacionais e nacionais relacionados com o tema demográfico concomitantemente com alguns autores que estudam população e desenvolvimento.

O artigo, além desta introdução, está dividido em 4 seções. A primeira delas expõe um quadro geral sobre a evolução demográfica do Brasil conforme os dados do Censo demográfico de 2022, na segunda e terceira seções serão discutidas as transformações demográficas do Rio Grande do sul e o Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai – CODEMAU, enfatizando alguns temas demográficos como o esvaziamento e o envelhecimento da população. A partir disso, na quarta seção, pretende-se projetar alguns cenários e tendências em relação ao desenvolvimento regional para gerar debates e propostas de políticas públicas. A última seção reúne algumas considerações para ampliar a discussão em relação ao futuro do desenvolvimento regional, tanto em nível Brasil como do CODEMAU.

2 Alguns aspectos da evolução demográfica do Brasil

Há duzentos anos do Brasil, o país independente tinha uma população com uma expectativa média de vida de 25 anos e a população estimada (o primeiro censo oficial só ocorreria em 1872 e não contabilizou a maioria dos povos indígenas) do território, estimativa bem conservadora, era de 4,7 milhões de pessoas, sendo grande parte desta analfabeta (ALVES & GALIZA, 2022). O Brasil da época não estava nem entre os 20 países mais populosos do mundo. Em 2022, o País tem uma população 45 vezes maior e é a sétima mais populosa do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ALVES & GALIZA, 2022). Os dados demográficos mais recentes do Brasil são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Evolução da população brasileira por situação de domicílio (rural e urbano).

Censo demográfico	Pop. urbana	Pop. rural	Total
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457
1970	52.084.384	41.054.053	93.138.437
1980	80.436.409	38.566.297	119.002.706
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475
2000	137.953.959	31.845.211	169.799.170

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1960; 1970; 1980; 1991; 2000).

Conforme o quadro, o Brasil registra um aumento da população morando em áreas urbanas, principalmente desde a década de 1970. É importante relacionar este dado que coincide com o auge da modernização da agricultura e industrialização que é caracterizada pelo

esvaziamento da população rural (GRAZIANO DA SILVA, 1982; BRUM, 1988; GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990; GRAZIANO DA SILVA, 1999). Quando se compara termos absolutos, o valor de Censo de 2000, de um total superior a 169 milhões o Brasil registrou mais de 31 milhões de pessoas morando ainda no meio rural. Esta cifra pareceria pouca, mas significa metade a população total da França que no mesmo ano registrou 62.636.580 habitantes. Comparando os Censos demográficos de 2000 e de 2010, o Brasil seguia a mesma tendência de décadas passadas: diminuição da população rural e aumento na área urbana conforme (Quadro 2).

Quadro 2 - Evolução da população brasileira por situação de domicílio (rural e urbano).

Censo	Pop. urbana	%	Pop. rural	%
2000	137.953.959	81,25	31.845.211	18,75
2010	160.879.708	84,35	29.852.986	15,65

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (2000; 2010).

O crescimento populacional do país mostrou uma diminuição relativa da população rural. Uma população rural próxima a 30 milhões de habitantes mostrava que ainda o País tinha um contingente considerável de pessoas definindo a realidade rural de muitas regiões. Seguidamente no quadro 3 apresentam-se os dados do Censo Demográfico de 2022 por situação de domicílio (rural e urbana) nas unidades da federação.

Conforme os dados apresentados no quadro anterior, do total de 203.080.756 de habitantes no Brasil, 177.508.417 pessoas residiam em áreas urbanas. Em termos relativos, um 87,4% eram moradores urbanos enquanto 12,6% viviam em áreas rurais. Em relação a 2010, quando o grau de urbanização foi de 84,4%, houve aumento de 16,6 milhões de pessoas morando em áreas urbanas e queda de 4,3 milhões de moradores das áreas rurais, mostrando uma aceleração no ritmo da redução da população no meio rural, que havia diminuído entre 2000 e 2010: a queda foi de 1,28%, ante 0,65% no intervalo anterior.

Entre 2010 e 2022, os dados do IBGE mostram que a população urbana passou a crescer no ritmo de 0,82% ao ano, enquanto em áreas rurais, retomou o ritmo de aceleração de perda, chegando a -1,27%. Os maiores percentuais de população urbana foram observados nas regiões Sudeste (94,44%) e Centro-Oeste (91,35%), seguidas das regiões Sul (88,24%), Norte (78,47%) e Nordeste (77,64%). A população rural, por sua vez, pela primeira vez, apresentou decréscimo em todas as regiões do Brasil. A Região Norte, que havia registrado crescimento de 8,07% entre 2000 e 2010, passou a apresentar perda de 11,02%. O mesmo ocorreu na Região Centro-Oeste, que apresentou crescimento de 2,03% da população rural entre 2000 e 2010 e, no período entre 2010 e 2022, teve perda de 10,59%.

Quadro 3 – População do Brasil por unidades da federação e situação de domicílio (rural e urbana)

Unidades da federação	População total	População Urbana	População Rural
São Paulo	44411238	42997899	1413339
Minas Gerais	20539989	18121894	2418095
Rio de Janeiro	16055174	15718678	336496
Bahia	14141626	10850138	3291488
Paraná	11444380	10179847	1264533
Rio Grande do Sul	10882965	9523093	1359872
Pernambuco	9058931	7599389	1459542
Ceará	8794957	6762118	2032839
Pará	8120131	6095530	2024601
Santa Catarina	7610361	6724272	886089
Goiás	7056495	6576104	480391
Maranhão	6776699	4806990	1969709
Paraíba	3974687	3162467	812220
Amazonas	3941613	3264974	676639
Espírito Santo	3833712	3293232	540480
Mato Grosso	3658649	3156529	502120
Rio Grande do Norte	3302729	2707653	595076
Piauí	3271199	2271384	999815
Alagoas	3127683	2519921	607762
Distrito Federal	2817381	2718082	99299
Mato Grosso do Sul	2757013	2429871	327142
Sergipe	2210004	1766907	443097
Rondônia	1581196	1241672	339524
Tocantins	1511460	1252807	258653
Acre	830018	617942	212076
Amapá	733759	651254	82505
Roraima	636707	497770	138937
Total Brasil	203.080.756	177.508.417	25.572.339

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2022).

O Brasil tinha uma população total de 51,9 milhões de habitantes em 1950, passando a registrar um total 203 milhões em 2022, um aumento de 3,9 vezes em 72 anos. O mais significativo destes dados é que a população urbana passou de 18,8 milhões em 1950 para 177,5 milhões em 2022, um aumento de 9,5 vezes no mesmo período. Por outro lado, a população rural do País era de 33,2 milhões de habitantes em 1950, diminui para 25,6 milhões em 2022, uma redução de 20% no período de 72 anos. Observando em termos percentuais, nota-se que a população rural diminui de 63,8% (1950) para 12,6% em 2022 e a população urbana cresceu de 36,2% em 1950 para 87,4% em 2022.

Alves e Galiza (2022) mencionam que as transições urbana e demográfica são duas conquistas fundamentais na história. O fato é que nenhum país do mundo avançou, em termos

econômicos e sociais, com alta proporção da população rural e a prevalência de altas taxas de mortalidade e fecundidade. Certamente as transições urbana e demográfica são conquistas civilizatórias essenciais.

A diminuição cada vez mais acentuada da população rural se deve a uma série de fatores. A estrutura fundiária secular que concentra terras nas mãos de poucas pessoas junto com o avanço significativo da mecanização das atividades produtivas, principalmente na produção de grãos ou commodities (que precisa menos mão de obra) impulsou fortemente o deslocamento da população rural para os centros urbanos.

3 Evolução demográfica do Rio Grande do Sul

Conforme Rio Grande do sul (2024), a distribuição da população no estado do Rio Grande do Sul também não apresenta uniformidade ao igual que o Brasil. Se observa que o eixo que une Porto Alegre a Caxias do Sul constitui a área mais povoada do estado. Os dados do Censo Demográfico de 2022 registraram que 67,4% dos municípios do RS possuem população menor de 10 mil habitantes.; com população entre 10 e 50 mil habitantes somam 119 (23,9%) e aqueles com população entre 50 e 100 mil são apenas 24 localidades, um 4,8% do total dos municípios. Em termos demográficos, apenas 19 municípios possuem população superior a 100 mil habitantes; porém esses locais concentram 47% da população total do estado.

A densidade demográfica média no Rio Grande do Sul em 2022 era de 38,6 hab./km² sendo entre os estados da região sul que apresentou a menor densidade. Entretanto, o RS ainda está acima da média do País que registrou 23,9 hab./km². A região com maior densidade demográfica justamente se localiza no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul sendo que, dos 33 municípios com densidade superior a 200 hab./km² do estado, 22 fazem parte deste eixo. Em contrapartida, existem áreas de baixa densidade no estado, majoritariamente na faixa oeste, centro e norte do estado. Os dados mencionam que densidade abaixo de 20 hab./km² registram as regiões de Campos de Cima da Serra, Vale do Jaguari, Fronteira Oeste, Campanha, Jacuí Centro, Alto da Serra do Botucaraí e Missões (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

O Rio Grande do Sul, a partir de meados da década de 70, vem apresentando redução gradativa no crescimento, ou seja, seu crescimento está cada vez menor, seguindo uma tendência em nível nacional (CODEMAU, 2023). Assim sendo, em 2020 o Estado do Rio Grande do Sul ocupava a 6º posição entre os estados brasileiros com maior população. Conforme os dados dos últimos Censos Demográficos, o Rio Grande do Sul apresentou média de crescimento

anual, no período de 1991 a 2000, de 1,21% e de 0,49% no período de 2000-2010. Considerando os dados das projeções populacionais de 2020, o período 2010-2020 registra uma taxa média de crescimento anual de 0,66% ao ano (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

A evolução da população do estado do Rio Grande do sul por condição de domicílio entre 1940 e 2005, também apresenta um decréscimo importante da população rural. Neste sentido e conforme o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul de 2021, um dos fatores preponderantes no decréscimo da população é a acentuada queda da taxa de fecundidade. Na década de 70, as taxas de fecundidade eram de 4,3 filhos por mulher no Brasil e 5,8 no Rio Grande do Sul. Em 2020, conforme projeção, esse número caiu para 1,8 para o Brasil e 1,7 para o Estado. Alguns fatores contribuem para a queda da fecundidade tais como o processo de urbanização como consequência do aumento da industrialização, associado a fatores como o aumento no nível educacional, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, a disseminação de métodos contraceptivos e a melhora nas condições de saúde, entre outros aspectos e que são fundamentais para essa mudança (CODEMAU, 2023).

O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul de 2021 menciona que, a queda nas taxas de fecundidade, somada ao aumento da expectativa de vida, são indicativos do início do processo de envelhecimento da população. Na década de 70, o Rio Grande do Sul apresentava uma distribuição etária com 39,0% da população na faixa de zero a 14 anos, 55,2% na faixa de 15 a 59 anos e 5,8% acima de 60 anos. Esses valores, em 2020, segundo dados da Projeção da População, somam 2.143.707 gaúchos com mais de 60 anos, representando um percentual de 18,8% da população total (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

4 Evolução demográfica do CODEMAU

Em termos administrativos, uma das formas de organização do estado de Rio grande do sul refere-se aos COREDEs - Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável. Os COREDEs são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional com sustentabilidade. Seus principais objetivos são promover o desenvolvimento regional harmônico e sustentável; melhorar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuir equitativamente a riqueza produzida estimulando a permanência do homem na sua região junto com a preservação e recuperação do meio ambiente. O Estado do Rio Grande do Sul é composto

de 28 COREDEs, organizados e constituídos com base na localização geográfica e as suas potencialidades socioeconômicas (CODEMAU, 2017).

Sendo assim, o COREDE Médio Alto Uruguai (CODEMAU) é uma importante entidade que promove o desenvolvimento regional harmônico e sustentável. O CODEMAU está composto por 22 municípios, situados no extremo norte do Estado do Rio Grande do Sul, divisa com o oeste do Estado de Santa Catarina. No Censo demográfico de 2022, o CODEMAU registrou uma população total de 154.343 habitantes, sendo 94.616 pessoas morando na área urbana (61,30%) e um total de 59.729 pessoas (38,70%) morando no meio rural (Quadro 4).

Quadro 4 – Dados da população do CODEMAU segundo Censos Demográficos

Municípios	Censo 2000			Censo 2010			Censo 2022		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Alpestre	10.254	2.157	8.097	8.027	2.211	5816	7.117	2.575	4.542
Ametista do Sul	7.419	3.194	4.225	7.323	3.811	3.512	7.650	4.813	2.837
Caiçara	5580	1.489	4.091	5.071	1.594	3.477	4.836	2.127	2.709
Cristal do Sul	2874	443	2.431	2.826	931	1.895	2.692	1.269	1.423
Dois Irmãos das Missões	2365	934	1.431	2.157	1.094	1.063	2.090	1.130	960
Erval Seco	9177	3.246	5.931	7.878	3.437	4.441	6.787	3.495	3.292
Frederico Westphalen	26.716	20.394	6.322	28.843	23.333	5.510	32.627	27.279	5.348
Gramado dos Loureiros	2.535	425	2.110	2.269	526	1.743	2.014	620	1.394
Iraí	9.248	5591	3.657	8.078	4.457	3.621	7.482	4.311	3.171
Nonoai	12.818	8.792	4.026	12.074	9.067	3.007	13.719	10.307	3.412
Novo Tiradentes	2.385	564	1.821	2.277	654	1.623	2.146	878	1.268
Palmitinho	6.942	2.577	4.365	6.920	3.393	3.527	7.839	4.393	3.446
Pinhal	2.502	977	1.525	2.513	1.290	1.223	2.959	1.518	1.441
Pinheirinho do Vale	4.185	677	3.508	4.497	915	3.582	4.540	978	3.562
Planalto	11.413	5.752	5.661	10.524	5.932	4.592	10.406	6.401	4.005
Rio dos Índios	4.697	597	4.100	3.616	755	2.861	2.835	916	1.919
Rodeio Bonito	5.753	3.901	1.852	5.743	4.310	1.433	6.654	4.522	2.132
Seberi	11.349	5.430	5.919	10.897	5.923	4.974	11.950	7.067	4.883
Taquaruçu do Sul	2.920	928	1.992	2.966	1.164	1.802	3.119	1.528	1.591
Trindade do Sul	5.849	2.132	3.717	5.787	2.899	2.888	7.556	4.769	2.787
Vicente Dutra	6.133	2.312	3.821	5.285	2.351	2.934	4.665	2.400	2.265
Vista Alegre	2.993	1.023	1.970	2.832	1.185	1.647	2.660	1.318	1.342
TOTAL	156.107	73.535	82.572	148.403	81.232	67.171	154.343	94.614	59.729
Percentuais		47,11	52,89		45,26	54,74		61,30	38,70

Fonte: Censos demográficos do IBGE, anos 2000, 2010 e 2022.

Os Censos/IBGE de 2000, 2010 e 2022 constatam uma flutuação populacional entre os municípios que abrange o CODEMAU: no ano 2000 havia um total de 156.107 pessoas; logo em 2010 registrou 148.403 pessoas, uma queda populacional de 7704 pessoas (cerca de 5,0% de sua

população). No seguinte período, entre 2010 e 2022 registrou um ligeiro aumento populacional registrando um total de 154.343 habitantes, mas ainda abaixo dos dados do Censo do ano 2000.

Em relação à população residente, por situação do domicílio, os dados apresentados anteriormente no Quadro 4 mostram que, no ano 2000 e 2010, o CODEMAU ainda era majoritariamente rural, com mais de 50% da população morando no meio rural. Os dados do Censo de 2022 mostraram uma leve aumento da população nas áreas urbanas, um 61,30% da população morando em áreas urbanas, ou seja, houve uma inversão da população residente nas áreas urbanas e rurais. Conforme os dados dos censos de 2000 e 2010, o CODEMAU (2017, p. 44) realizou uma categorização entre os seus municípios abrangidos. Sendo assim, existiram localidades:

- **ER**: Essencialmente Rural, com maioria da população vivendo no meio rural;
- **EU**: Essencialmente Urbano, com maioria da população morando na área urbana;
- **RUR**: Relativamente Urbano ou Rural, com proporcionalidade entre população urbana e rural.

Para essa classificação foi considerada principalmente a população por área urbana e rural; junto com esta classificação também se considera o Valor agregado Bruto da produção, onde se demonstra que a agropecuária é a principal fonte de receita dos municípios ER, sendo mais equilibrada com os valores apresentados pela indústria e serviços nos municípios RUR e EU. As cidades de Frederico Westphalen, Nonai Rodeio Bonito seriam as únicas ‘eminente mente urbanas’. As localidades de Alpestre, Caiçara, Cristal do sul, Gramado dos Loureiros, Novo Tiradentes, Pinheiro do Vale, Rio dos índios e Taquaruçu do sul seriam ‘eminente mente rurais’.

Na categoria RUR (nem rural nem urbano) estariam Ametista do sul, Dois irmãos das missões, Erval seco, Irai, Palmitinho, Pinhal, Planalto, Seberi, Trindade do sul, Vicente Dutra e Vista Alegre. Vale a pena ressaltar que classificação é arbitrária por parte de CODEMAU (2017) e não se baseia em nenhuma fundamentação teórica. Analisando os aumentos e perdas populacionais (total, urbana e rural) das localidades do CODEMAU, seguidamente se apresenta um quadro comparativo conforme os dados dos Censos demográficos do IBGE de 2000, 2010 e o mais recente, de 2022.

Pode-se observar que algumas cidades tiveram perdas significativas de sua população total. Camarano e Abramovay (1999) já alertavam que o meio rural vinha sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto. Conforme estes autores, a redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. A queda de

fecundidade rural contribuiria na diminuição do ritmo de crescimento desta população enquanto os movimentos migratórios responderiam pelo processo de esvaziamento da população rural.

Quadro 5 - Aumentos e perdas da população do CODEMAU segundo Censos demográficos

Municípios	Diferença populacional entre 2010-2000	Diferença populacional entre 2022-2010	Diferença populacional entre 2022-2000
Alpestre	-2.227	-910	-3.137
Ametista do Sul	-96	327	231
Caiçara	-509	-235	-744
Cristal do Sul	-48	-134	-182
Dois Irmãos das Missões	-208	-67	-275
Erval Seco	-1.299	-1.091	-2.390
Frederico Westphalen	2.127	3.784	5.911
Gramado dos Loureiros	-266	-255	-521
Iraí	-1.170	-596	-1.766
Nonoai	-744	1645	901
Novo Tiradentes	-108	-131	-239
Palmitinho	-22	919	897
Pinhal	11	446	457
Pinheirinho do Vale	312	43	355
Planalto	-889	-118	-1.007
Rio dos Índios	-1.081	-781	-1.862
Rodeio Bonito	-10	911	901
Seberi	-452	1.053	601
Taquaruçu do Sul	46	153	199
Trindade do Sul	-62	1.769	1.707
Vicente Dutra	-848	-620	-1.468
Vista Alegre	-161	-172	-333
TOTAL	-7.704	5.940	-1.764

Fonte: Censos demográficos do IBGE, anos 2000, 2010 e 2022.

Sendo assim, Alpestre, com uma elevada população no meio rural, perdeu 2.227 habitantes entre o Censo 2000 e 2010; entre 2000 e 2022 registrou uma queda de 3137 pessoas do total de sua população. Talvez a construção da barragem da Usina ‘Foz de Chapecó’ em 2000 tenha sido um dos fatores já que, após das indenizações, muitos moradores tiveram que deixar suas propriedades para buscar novas moradias.

ADMAU (2017) menciona que uma parte significativa dos agricultores encontra sérias dificuldades para garantir a reprodução socioeconômica de suas unidades de produção e famílias, a partir da atividade agropecuária. As dificuldades decorrem da pequena disponibilidade de Superfície Agrícola Útil (SAU), agravada pelas severas restrições de uso do solo e ao processo tardio de formação da agricultura no território. A reprodução socioeconômica dos agricultores

depende da adoção de sistemas de produção com alto potencial de agregação de valor e geração de renda por unidade de superfície agricultável e, para uma parcela importante, do aumento da disponibilidade da área agricultável, associada à implantação de sistemas de produções intensivas por unidade de área. Essas mesmas restrições também podem explicar a diminuição da população de alguns municípios.

Por outro lado, o município que mais cresceu em termos demográficos no período de 2000 a 2022 foi Frederico Westphalen, considerado um polo regional (CODEMAU, 2023). O aumento populacional talvez derivasse da oferta de trabalho nas diferentes áreas de serviços, comércio e, principalmente com um auge da educação universitária nesse período com a implantação e funcionamento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desde o ano 2006 com estudantes e servidores vindos de outros lugares do Brasil e do exterior. Além da UFSM, a cidade possui 2 instituições públicas de ensino (Universidade Estadual do Rio Grande do sul, UERGS e o Instituto Federal Farroupilha, IFFar), a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e outras instituições privadas de ensino superior, colocando Frederico Westphalen como um polo dinâmico da educação.

5 Cenários e tendências do CODEMAU e do Estado do Rio Grande do Sul

Diversos trabalhos mencionam sobre aspectos e a dinâmica do mundo rural, e em especial, regiões com predominância de municípios com menos de 20 mil habitantes. Alguns temas destacados são o esvaziamento e a *masculinização* do campo concomitantemente com o envelhecimento generalizado, uma baixa taxa de natalidade e que estão associados com o empobrecimento generalizado da população. Tudo este assunto veio ao encontro de duas grandes problemáticas globais que são a crise climática e a exacerbada desigualdade social (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2005; ALVES. D.; VASCONCELOS e DE CARVALHO, 2010; FROEHLICH, J.M. et al, 2011; SACCO DOS ANJOS, CALDAS e POLLNOW, 2014; POMAR, 2017; VALADARES e ALVES, 2020; ALVES e GALIZA, 2022; MARQUES, 2023).

Pomar (2017) menciona que as cidades com menos de 20 mil habitantes do Rio Grande do sul apresentam crises sistêmicas que vão se agudizando nos últimos tempos. Uma grande parte destes municípios registra um esvaziamento populacional por causa da pouca infraestrutura (produtiva e social) para fixar os jovens nas suas cidades e/ou permanecer no meio rural. Geralmente, as famílias possuem pouca área de terra, com precários meios de produção, acesso restrito a bens culturais e, em alguns casos, pouco apoio por parte das prefeituras.

Sendo assim, permanecem nessas cidades menores, pessoas idosas (maiores de 60 anos) e do sexo masculino; jovens que permanecem no meio rural causalmente são aqueles que não estudaram ou em casos excepcionais, com área de terras maiores onde podem realizar agricultura mecanizada. Seguidamente apresentam-se algumas das tendências globais que também se observam no território.

5.1 Diminuição da taxa de natalidade

Segundo dados da ONU, a taxa de fecundidade, isto é, o número médio de filhos que cada mulher tem, vem caindo em nível global: em 1950, a média era de 5 filhos por mulher; em 2021 era apenas 2,3 filhos por mulher. A expectativa que essa taxa mundial de fecundidade caia ainda mais, atingindo uma média de 2,1 filhos por mulher¹, considerada nível ideal para manter o tamanho da população (Bhattacharjee, et al. 2024).

A maioria dos casais no mundo não consegue ter o número de filhos que deseja porque não possui condições econômicas e sociais ou porque não têm acesso à contracepção. No Brasil, a redução no número de filhos por mulher aconteceu de forma progressiva nos últimos anos. Mas em geral, as desigualdades de educação e renda impactam diretamente nas taxas de fecundidade em nível Brasil. Mulheres com mais anos de estudo e com maiores perspectivas na carreira profissional têm cada vez menos filhos, muitas vezes menos do que o número desejado. Por outro lado, mulheres com menos escolaridade, renda e oportunidades acabam tendo filhos quando são jovens e, na maioria, nascidos sem planejamento. A queda da taxa de natalidade é decorrente da urbanização, do acesso a contraceptivos, da maior autonomia das mulheres e maior expectativa de vida, algo que seria ‘natural do desenvolvimento’ (ALVES e GALIZA, 2022).

Dados do IBGE apontam que, em 2022, o Brasil registrou 2,54 milhões de nascimentos, uma queda de 3,5% na comparação com 2021, sendo o quarto recuo consecutivo. Comparando os últimos cinco anos antes da pandemia de COVID-19, houve uma diminuição de 11,4% no número de nascimentos, em todas as regiões, fora de Santa Catarina e Mato Grosso.

Por outro lado, entre as medidas para mitigação das mudanças climáticas, a diminuição populacional parece que seria uma das formas para a redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Cientistas do Canadá e da Suécia calcularam que, nos países desenvolvidos, ter um filho a menos reduz a emissão de CO₂ equivalente de uma pessoa em 58,6 toneladas/ano.

¹ Conforme a ONU, a “taxa de reposição” seria a quantidade de pessoas necessárias para manter a população estável: 2 pessoas novas substituem os pais, e o valor de 0,1 adicional compensa o número de indivíduos que não tem filhos.

Isso teria um impacto muito maior que as três alternativas: a) abandonar o carro, que “economiza” 2,4 ton. de CO₂/ano; b) evitar viagens de avião, que economiza 1,6 ton./voo transatlântico ou c) parar de comer carne, que também economiza 0,8 ton. de CO₂/pessoa/ano. Contudo, a redução do número de filhos não é a única medida recomendada para combater as mudanças climáticas (WYNES e NICHOLAS, 2017). De acordo com dados do DEEDADOS², que reúne informações de natureza socioeconômica do Rio Grande do Sul e a seus municípios, o crescimento da população da região do CODEMAU na faixa de zero (0) a quatro (04) anos aumentou 17% no comparativo de 2015 para 2021, contra 0,38% de crescimento registrado para o Estado.

A queda nas taxas de fecundidade, somada ao aumento da expectativa de vida, marcaram o início do processo de envelhecimento da população. Na década de 70, o Rio Grande do Sul apresentava uma distribuição etária com 39,0% da população na faixa de zero a 14 anos, 55,2% na faixa de 15 a 59 anos e 5,8% acima de 60 anos. Esses valores, em 2020, segundo dados da Projeção da População, somam 2.143.707 gaúchos com mais de 60 anos, representando um percentual de 18,8% da população total (RIO GRANDE DO SUL, 2024).

Cabe destacar que não há dados publicados na forma de taxa de natalidade para os municípios; geralmente é publicada a taxa de mortalidade, principalmente mortalidade infantil. Os nascimentos costumam ser publicados na forma de quantidade absoluta, talvez porque é difícil ter a população por município para poder fazer a divisão e obter a taxa. Nos anos em que não se realiza o censo, a população é obtida por estimativa, com uma metodologia que busca atender a legislação para o rateio dos recursos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Sendo assim, para alguns municípios a estimativa de população fica alterada ao longo do tempo, podendo resultar em distorções nos cálculos de taxas que utilizam a população como base.

5.2 Envelhecimento da população

A Divisão de População da ONU disponibilizou em 11 de julho de 2024 as novas informações sobre a população mundial contendo principais indicadores demográficos de todos

² Departamento de Economia e Estatísticas, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do sul. Disponível em: <http://deedados.planejamento.rs.gov.br/feedados/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

os países e regiões do mundo. Tendo em mãos esses dados, se podem inferir a dinâmica populacional nacional e internacional, mostrando os efeitos da recente pandemia da covid-19 assim como as projeções populacionais até final do século 21. A população do planeta (em 1º de janeiro) era de 2,47 bilhões de habitantes em 1950, passou para 6,1 bilhões no ano 2000, deve atingir o pico populacional em 2084, com 10,3 bilhões de habitantes e diminuir ligeiramente para 10,2 bilhões de habitantes em 2100 (ONU, 2024).

As publicações da ONU de 2022 e de 2024 mencionam que a população de 0 a 14 anos é o grupo que apresentará menos crescimento ao longo do século, principalmente haverá uma decrescimento nas últimas 3 décadas do século. Por outro lado, o grupo etário com mais de 60 anos e mais idade continuará crescendo durante todo o século 21. Em 1950 havia apenas 195 milhões de idosos em 1950, passou para 600 milhões de idosos no ano 2000, chegando a um bilhão de pessoas em 2018. As projeções da ONU estimam que esse grupo alcance 2 bilhões de pessoas em 2048 e podendo chegar a 3 bilhões de idosos em 2100.

Os dados demográficos do Brasil, por grupos etários, mostram que o país tinha 52,6 milhões de habitantes em 1950, logo passou para 172,9 milhões no ano 2000, chegando a 209,9 milhões em 2022. As projeções indicam que os idosos devem atingir o pico populacional em 2042, com 219,3 milhões de habitantes; logo haverá um decrescimento para 164 milhões de habitantes em 2100. Na segunda metade deste século 21, o Brasil deve perder cerca de 50 milhões de habitantes.

O aumento da expectativa de vida é um dos principais fatores do aumento populacional dos últimos anos, isto é, as pessoas estão vivendo mais. Isso decorre da maior urbanização, maiores cuidados na saúde infantil e um padrão de vida com menos atividades penosas para muitas pessoas. A expectativa de vida global tem aumento nas últimas décadas: em 2019, a expectativa de vida no mundo era de 72,8 anos, um aumento de quase nove anos em comparação com 1990.

Segundo a ONU, essa expectativa deverá continuar subindo e atingir 77,2 anos em 2050. É importante destacar que, a pandemia da Covid-19 desacelerou a expectativa de vida em todo mundo. Contudo, os idosos vão compor uma parcela cada vez maior das sociedades em nível global. Em 2022, pessoas com mais de 65 anos representam 10% da população; em 2050, esse percentual vai subir para 16%. Ou seja, haverá duas vezes mais idosos com mais de 65 anos do que crianças com menos de cinco anos, resultado da combinação de aumento da expectativa de vida com queda nas taxas de fertilidade. Há uma alerta para que os países adaptem seus

programas de aposentadoria e saúde pública para lidar com esse novo cenário com mais idosos (ONU, 2022).

Ao mesmo tempo em que a expectativa de vida tem aumentado, as mudanças climáticas podem afetar a longevidade humana: mortes por calor podem triplicar até o fim do século, e ameaçam mais a longevidade humana do que o frio intenso. García León (*et al*, 2024), analisaram as consequências da mudança climática para a longevidade em 1.368 regiões de 30 países europeus. As mortes por calor podem triplicar na Europa até 2100, mais significativamente nas regiões do sul. O trabalho sugere que as disparidades regionais existentes no risco de morte por temperaturas altas e baixas entre adultos aumentarão no futuro devido às mudanças climáticas e ao envelhecimento da população.

Os dados do censo demográfico de 2022 do Brasil mostraram que a estrutura etária o Brasil está em rápida transformação, com a diminuição do número de crianças, adolescentes e jovens; também uma desaceleração do crescimento da população adulta em idade considerada ativa (15-59 anos) e uma aceleração do aumento da população idosa de 60 anos e mais de idade. A população brasileira total era de 93,1 milhões de habitantes em 1970 e passou para 203,08 milhões em 2022, aumentando 2,2 vezes no período. A população de crianças e adolescentes, de 0 a 14 anos, passou de 39,1 milhões em 1970 para 40,1 milhões em 2022, ficando praticamente do mesmo tamanho.

Observando a população idosa (60 anos e mais) no Brasil deu um salto: era de 4,8 milhões de pessoas em 1970, passou de 10 milhões em 1991, ultrapassou 20 milhões em 2010 e chegou a 32,1 milhões de pessoas em 2022. Houve um aumento de 6,6 vezes entre 1970 e 2022. Portanto, o Brasil está envelhecendo e envelhecendo de forma inexorável e em ritmo acelerado. O número de idosos brasileiros de 80 anos e mais de idade: eram 451 pessoas em 1970; logo 2,9 milhões em 2010 chegando a 4,6 milhões de pessoas em 2022, decuplicando entre 1970 e 2022. Esse crescimento mais rápido do topo da pirâmide etária mostra que O Brasil não apenas está envelhecendo, como está tendo um processo de envelhecimento do envelhecimento, como mostrei no artigo (ALVES, 2023).

Pomar (2022) menciona que um 25% ou mais do eleitorado de 388 municípios gaúchos com menos de 20 mil habitantes estão com 60 anos de idade ou mais. Ainda, a população na faixa de 45 a 59 anos de idade também é significativa. A situação do envelhecimento populacional brasileiro é tão visível em qualquer cidade do País: basta percorrer os centros urbanos, festas do interior ou participar de alguma reunião social de qualquer segmento (fora de jovens) para

constatar que Portugal, China, Espanha, Itália e Japão da atualidade são o que Brasil será de aqui a poucos anos, possivelmente na próxima década.

Daí a importância deste debate para que as pessoas cheguem bem à condição de pessoas idosas nos próximos anos. É necessário sensibilizar os dirigentes políticos e a sociedade sobre a importância de estudar o assunto, elaborar propostas de políticas públicas e de destinação de recursos, e cobrar legislativos e executivos, municipais e o estadual, para que as coisas comecem realmente a acontecer no atendimento diferenciado para as idosas e idosos.

Nesse sentido, a faixa etária de 65 a maior de 80 anos, o CODEMAU também registra percentuais superiores aos apresentados para o Rio Grande do Sul, demonstrando que a quantidade proporcional de idosos é maior nesta região do que no Estado, a partir da faixa etária de 64 anos até a faixa etária de 40 anos, o crescimento da população regional é menor que a população do Estado, proporcionalmente (CODEMAU, 2023).

Em relação à pirâmide etária atual do Estado, é importante ressaltar a elevada proporção da população na faixa entre 15 a 59 anos, a chamada idade ativa, e a maior proporção de mulheres nas faixas etárias mais altas. Os dados indicam que a população na faixa acima dos 60 anos triplicou nestes últimos 50 anos, passando dos 5,8% na década de 70 para 18,8% em 2020. O Índice de Envelhecimento apresentou significativa alteração tanto no Brasil quanto no Rio Grande do sul. Sendo assim, em 1970, o Rio Grande do Sul registrava uma proporção de 14,8 idosos (60 anos e mais de idade) para cada 100 jovens (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2024).

5.3 Migrações

Perante a falta de mão de obra, principalmente para tarefas que requer força bruta, recorrem-se à entrada de pessoas de outros países. No Brasil, notoriamente nos últimos anos, foram os venezuelanos, que migraram de seus locais de origem por causa dos problemas econômicos e, em grande medida, conseguiram se inserir no mercado de trabalho em muitas partes do Brasil. Também há casos de migração em decorrência de desastres naturais como foi o grande terremoto de 2010 no Haiti. Isso causou uma grande desorganização da estrutura social de um dos países mais pobres de América Latina, agravando situações de pobreza e violência, o que motivaram a migração forçada de milhares de pessoas jovens para diferentes países do continente.

Em nível internacional, mesmo as vantagens das migrações para alavancar o sistema socioeconômico dos países desenvolvidos, o tema é delicado em termos de relações internacionais. O atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, busca dificultar a imigração para esse país e está deportando pessoas sem documentos e fechando fronteiras. Na Europa, mesmo com diminuição de sua população por causa da baixa natalidade e o envelhecimento da população, diversos países buscam restringir a imigração. Na Alemanha, Espanha, França e Portugal ressurgem movimentos nacionalistas, alguns com viés fascista, que se colocam contra os migrantes, mesmo aqueles descendentes de segunda ou terceira geração ou que vieram de antigas colônias de ultramar. Esses políticos de extrema direita conseguem apoio das populações em momentos de grandes incertezas socioeconômicas e políticas, com economias estagnadas ou em decadência decorrente das crises do capitalismo.

Concomitante a estes processos internacionais, o tema das migrações também forma parte das discussões entorno da emergência climática. Wallace Wells (2019) apresenta dados contundentes sobre as mudanças climáticas e seus efeitos que aparecerão em forma de cascata. A ocorrência de desastres naturais ao mesmo tempo e em várias partes do mundo como furacões, inundações, seca, ondas de calor, grandes incêndios florestais, tudo ao mesmo tempo, tem impactos sobre a civilização moderna.

Mesmo com iniciativa mais conservadoras, serão milhões de pessoas deslocadas de suas terras, sem casa, sem água, sem-terra para cultivar ou criar animais o que causará (e está causando atualmente) um aumento de conflitos e guerras com muitas fatalidades. O Banco Mundial estima que, até o ano 2050, serão 140 milhões de pessoas como migrantes por causas climáticas até 2050. Por outro lado, a ONU estima que serão 200 milhões de pessoas para um teto de mais de um bilhão de pessoas que serão consideradas como ‘refugiados climáticos’.

Atualmente, mesmo que o termo ‘refugiados climáticos’ tem se popularizado, para o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou em inglês *United Nations High Commissioner for refugees*, UNHCR) o correto seria “migrantes do clima”. Para o ACNUR, essas pessoas são forçadas a deixar suas casas devido a eventos relacionados ao clima. A maioria destes deslocamentos se dá no interior dos próprios países e por um motivo ainda não contemplado na Convenção de Refugiados, feita pela ONU em 1951. ACNUR recomenda a terminologia ‘deslocados internos em razão das mudanças climáticas’ em vez de ‘refugiados ambientais’.

Relatório da ONU revela que o Brasil é o país que teve mais de um terço dos casos de deslocamentos por desastre na região das Américas, com 745 mil pessoas afetadas em 2023. Os dados estão disponíveis apenas desde 2021, limitando análises mais profundas. Em termos

globais, segundo o relatório, são 75,9 milhões de pessoas que vivem em situação de deslocamento interno no final de 2023. Os estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio grande sul) estão entre as regiões subtropicais afetadas, sendo atingidas por chuvas recordes em outubro e novembro de 2024, o que acarretou mais de 183.000 deslocamentos. Fenômenos naturais como “*El Niño*” podem ter aumentado a intensidade da estação chuvosa desse ano. O Rio grande do sul teve meio milhão de migrantes do clima decorrente da enchente de maio de 2024, sendo que a Defesa civil apontou mais de 615 mil pessoas que tiveram que deixar suas casas no estado.

Para Marques (2023), a sustentabilidade apresenta uma ‘Policrise’ atualmente. Compenetrar-se dessa nova realidade supõe compreender a dinâmica e as devidas implicações das quatro crises fundamentais que se reforçam reciprocamente: (i) a aniquilação da biodiversidade; (ii) a emergência climática; (iii) os níveis pandêmicos de adoecimento (físico e mental) e de mortes prematuras pela poluição químico-industrial; e (iv) os níveis aberrantes e crescentes de desigualdade, causa maior do agravamento dos três primeiros.

Para Martine e Alves (2015) o tripé da sustentabilidade enfrenta um ‘trilema’, onde a busca por um dos objetivos pode prejudicar os outros: o crescimento econômico acelerado pode levar à degradação ambiental e à exclusão social; a busca pela proteção ambiental rigorosa pode limitar o desenvolvimento econômico afetando populações vulneráveis e a priorização da justiça social pode exigir recursos que pressionam o meio ambiente ou a economia.

6 Desafios para o desenvolvimento regional

Conforme os dados do último Censo do IBGE de 2022, o Brasil está se urbanizando de maneira acelerada nos últimos anos. Para enfrentar os desafios da urbanização é crucial adotar políticas que não apenas acomodem o crescimento populacional, mas que também promovam inclusão social e sustentabilidade ambiental. Na segunda metade do século XXI, o Brasil terá decrescimento populacional, mas com a continuidade de aumento das taxas de urbanização. As transições urbana e demográfica foram fundamentais para a redução da pobreza, mas devido ao elevado grau de desigualdade social no país, o direito à cidade e os direitos sexuais e reprodutivos não foram universalizados, pois ainda existem parcelas da população brasileiras excluídas do exercício da cidadania (ALVES, 2024).

Cabe destacar que aspectos como a *masculinização* e envelhecimento da população rural dos pequenos municípios do Rio Grande do Sul se observam também nos municípios do

CODEMAU. Sacco dos Anjos e Caldas (2005) mencionavam que futuro do meio rural estava ameaçado *desagrarização*. Os autores estudaram o intervalo de tempo compreendido entre as décadas de 60 e 80 do século XX, durante o auge da modernização conservadora. Esta modernização produtiva, não apenas alteraram a base técnica de produção agropecuária, mas foi um dos mais importantes vetores da mudança social. Houve um êxodo rural sem precedentes que remeteu às cidades cerca de 30 milhões de pessoas, as quais, vítimas da exclusão social, precariamente se instalaram e sobreviveram na periferia de muitas cidades e grandes metrópoles do País.

Esse abandono do campo não é um fenômeno recente e se inscreve como um amplo processo que se intensifica a partir da industrialização e da urbanização das sociedades modernas. Como sabemos, a modernização da agricultura é parte dessa mesma dinâmica, ainda que sua natureza e seu conteúdo evidenciem algumas particularidades. Este êxodo incide de maneira distinta sobre a população rural, produzindo consequências diversas para os diferentes grupos sociais implicados (SACCO DOS ANJOS E CALDAS, 2005).

Sobre a *masculinização* do campo, há consenso entre os pesquisadores de que a grande mudança constatada nos últimos anos têm sido a de que o êxodo rural generalizado vem sendo convertido num processo bem mais seletivo, que preferencialmente remete às cidades a população jovem e altamente produtiva. Invariavelmente, os pesquisadores partem da premissa de que o êxodo rural é reflexo do desencontro entre o ritmo de recriação da força de trabalho e a disponibilidade de trabalho e ocupação no campo. Aceitar esse suposto não implica desconhecer outras dimensões que devem ser estudadas na dinâmica do desenvolvimento regional.

Desde o ponto de vista da organização da unidade familiar de produção, houve uma radical transformação das atividades produtivas. Observa-se uma diminuição generalizada dos requerimentos de mão de obra, que se expressa na vulgarização dos insumos modernos (adubos, herbicidas, inseticidas, moto-mecanização, etc.). Com a *masculinização* crescente do processo de trabalho, conduz a uma situação na qual a mulher rural, na maior parte dos casos, passa na condição circunscrita às tarefas eminentemente do lar como cuidado dos filhos, da casa, da horta familiar, preparo da comida, etc., muitas vezes como ‘trabalho invisível’.

A migração, especialmente de moças, tem levado gradualmente ao predomínio masculino na agricultura. Acrescenta-se a histórica deficiência de infraestruturas e de serviços sociais para os espaços rurais de um país que se urbanizou de um modo drástico e invariavelmente desordenado. Dentro dessa problemática se encontram também os

procedimentos usuais de transmissão do patrimônio familiar entre as populações de agricultores familiares da Região Sul do Brasil, arraigados na tradição cultural de descendentes de imigrantes europeus, que normalmente excluem a mulher da condição de herdeira potencial dos bens e, basicamente da terra.

Outros fatores que interverem no esvaziamento do meio rural são as oportunidades de trabalho, com salários definidos e trabalhando com menor *penosidade* que o no meio rural, com mais lugares para o lazer e o entretenimento, com centros educativos e de atenção à saúde. Os setores que absorvem a mão de obra jovem rural normalmente são as indústrias e o setor de serviços, como comércio, áreas da saúde e da educação, estética, entre outros. Contudo, alguns setores de trabalho das áreas urbanas são limitadas, em outras existe alta rotatividade, tanto para adultos quanto para os jovens em geral.

7 Considerações finais

Após duzentos anos de independência, o Brasil registra uma população 45 vezes maior, sendo considerado o sétimo mais populoso do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). O País seguirá crescendo até pelo menos 2050, quando a estimativa do número de habitantes será de 231 milhões. Após disso, ou antes inclusive, parece que a população começará a diminuir como parte de uma tendência que se observa em nível global.

Em termos territoriais, a modernização da agricultura aprofundou a expulsão feminina das áreas rurais e parece que se reafirma cada vez mais o patriarcado. Com isso, menos possibilidades de formar famílias e residir no meio rural, colocando uma real preocupação sobre os futuros atores do desenvolvimento rural decorrente do padrão hegemônico de produção centrado nas monoculturas e na especialização regional.

O Brasil e o mundo estão atravessando uma verdadeira revolução demográfica e, tanto a sociedade civil, o setor privado e as instituições públicas necessitam urgentemente se preparar para a nova realidade populacional no século XXI. E essas mudanças serão, principalmente, mudanças qualitativas e não apenas mudanças quantitativas. As projeções populacionais do IBGE, a partir do último Censo Demográfico de 2022, mostram que o país está ficando mais urbano, mais envelhecido, com maior presença feminina, muito mais vinculado ao interior e, também, uma sociedade mais plural em termos de estrutura familiar, de culto religioso e de composição de raça/cor.

Um fato que chama a atenção é que a faixa etária de 10 a 19 anos apresenta tendências de diminuição, tanto no Conselho de Desenvolvimento Regional do Médio Alto Uruguai (CODEMAU) como no Rio Grande do sul, demonstrando que estaria se encaminhando para uma população com maior quantidade de pessoas mais velhas. Fatores como o aumento da escolaridade das mulheres, uma maior participação delas no mercado de trabalho, políticas de educação sexual e planejamento familiar e mais acesso a métodos contraceptivos explicam este fenômeno demográfico. Isso já impactaria na população economicamente ativa o que pode desacelerar o mercado de trabalho.

Por outro lado, os dados demográficos mostram que o Brasil experimentou a mudança impressionante no que se refere ao aumento da esperança de vida: de 1822 até o 2022, a expectativa de vida multiplicou-se por três, para os (atuais) 75 anos, considerado um verdadeiro ‘salto de longevidade’. Isso reflete décadas de avanço no combate à mortalidade infantil e materna e nas condições de saúde e saneamento, apesar das mazelas do Brasil, da pobreza e da desigualdade que persiste em muitas partes do País. No médio e longo prazo, todos os setores da vida social serão afetados com o aumento da longevidade e precisam ações coordenadas entre as instituições para oferecer uma qualidade de vida.

Certamente os avanços na medicina, acesso a informações sobre saúde e a modernização do campo estão contribuindo para que, pela primeira vez no Brasil, haja mais idosos de 60 anos em relação a jovens de 0 a 14 anos. Nos próximos anos, tanto a região do CODEMAU como outras partes do Brasil registrarão mais idosos em diferentes contextos socioeconômicos. Por isso, é urgente se questionar: quanto a prefeitura do município coloca no Orçamento do ano para atendimento das pessoas idosas? Quantos recursos estaduais e/ou federais virão para o município para atender as pessoas idosas? Como será a atenção à saúde, espaços de lazer e as infraestruturas da cidade para esse grupo de pessoas? Sem destinar recursos financeiros no Orçamento não existe como implementar política pública para este segmento social.

E ainda, é importante mencionar que a redução populacional gera também preocupações no que se refere ao impacto sobre a economia e o desenvolvimento regional. Com menos gente nascendo, a idade média da população vai aumentar e haverá menos trabalhadores para contribuir com a previdência e pagar as aposentadorias dos idosos. Se menos pessoas estão nascendo, também haverá menos pessoas produzindo e talvez isso possa acarretar a entrada de mais imigrantes para repor a força de trabalho.

Por fim, o futuro sempre é imprevisível, ninguém sabe os próximos desdobramentos sociais e políticos. Isto é, a imprevisibilidade é a essência da história. Contudo, o que se pode

fazer é estudar o passado para entender o presente para trabalhar e favorecer o máximo as condições para que aconteçam as mudanças necessárias.

Referências

BHATTACHARJEE , N. V. et al. Global fertility in 204 countries and territories, 1950–2021, with forecasts to 2100: a comprehensive demographic analysis for the Global Burden of Disease Study 2021. *The Lancet*, Vol.403, Issue 10440, 2057 – 2099. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(24\)00550-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(24)00550-6/fulltext)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ALVES, J.E.D.; GALIZA, F. Demografia e economia nos 200 anos da independência do Brasil e cenários para o século XXI. Rio de Janeiro: Escola de Negócios e Seguros, 2022.

ALVES, J.E.D. Desafios e oportunidades de um Brasil cada vez mais urbano. Ecodebate, 18/11/2024. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2024/11/18/desafios-e-oportunidades-de-um-brasil-cada-vez-mais-urbano/>> . Acesso em: 20 nov. 2024.

O envelhecimento do envelhecimento no Brasil e no mundo. Ecodebate, 05/06/2023. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2023/06/21/o-envelhecimento-do-envelhecimento-no-brasil-e-no-mundo>> . Acesso em: 20 nov. 2024.

ALVES, J.E.; VASCONCELOS, de S.D.; DE CARVALHO, A.A. **Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil**: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. Brasília: CEPAL, Escritório no Brasil/IPEA, 2010. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 10).

ADMAU, AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO ALTO URUGUAI. **Dinâmica agrária e estratégias de desenvolvimento da agricultura do município de Alpestre**. Frederico Westphalen: ADMAU, 2017.

BRUM, A.J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: **Texto para Discussão**. Nº 621, IPEA: Rio de Janeiro, 23p., 1999.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO MÉDIO ALTO URUGUAI. **Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio Alto Uruguai: 2015-2030**. Organizadores: Edemar Girardi; João Carlos Frantz; Marcia Faccin; Marcos Antonio Ritterbuch; Mauro Cesar Rosa; Cesar Riboli e José Galera. Frederico Westphalen: Grafimax, 2017.

. **Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do COREDE para o período de 2022 – 2030**. Organizadores: Marcia Faccin; Mauro Cesar Rosa e Marcos Antonio Ritterbuch. Frederico Westphalen: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2023.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

FROEHLICH, J.M.; RAUBER, C. Da C.; CARPES, R.H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, nº 9, p. 1674-1680, 2011.

GARCÍA LEÓN, et; al. Temperature-related mortality burden and projected change in 1368 European regions: a modelling study. **The Lancet Public Health**, Vol. 9, No. 9, e644 - e653, (2024). DOI 10.1016/s2468-2667(24)00179-8.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agraria, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Tecnologia e agricultura familiar. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MARQUES, L. **Decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023.

MARTINE, G. ALVES, JED. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista brasileira de Estudos Popacionais**, n. 32, v. 3, Rio de Janeiro, 2015 (português e inglês). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v32n3/0102-3098-rbepop-S0102-3098201500000027P.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2022). World Population Prospects 2022: Summary of Results. UN DESA/POP/2022/TR/NO. 3.. New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp_2022_summary_of_results.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.

..... World Population Prospects 2024: Summary of Results. UN DESA/POP/2024/TR/NO. 9. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/assets/Files/WPP2024_Summary-of-Results.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2025.

POMAR, V. M. da R. **Revitalizar o interior do Rio Grande do sul: desenvolvimento econômico de municípios com até 50 mil habitantes**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional – Estado, Governo e Políticas Públicas). Fundação Perseu Abramo/Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, São Paulo: 2017.

‘É, pois é’ – sobre o meteoro do envelhecimento que cairá no RS em 2030. 2022. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2022/01/e-pois-e-sobre-o-meteoro-do-envelhecimento-que-caira-no-rs-em-2030-por-milton-pomar>> . Acesso em: 20 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>> . Acesso em: 02 dez. 2024.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarianização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; POLLNOW. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 94-116, abri-jun de 2014.

WYNES S.; NICHOLAS, K. The climate mitigation gap: education and government recommendations miss the most effective individual actions. *Environmental Research Letters*. Vol. 12, No. 7., 2017. DOI <10.1088/1748-9326/aa7541>.

VALADARES, A.; ALVES, F. Redução do número de estabelecimentos familiares e do pessoal ocupado na agricultura familiar: hipóteses à luz das análises dos censos agropecuários 2006 e 2017 In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Org.). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, 2020.

WALLACE-WELLS, David. **A Terra inabitável**: uma história do futuro. Tradução Cássio de Arantes Leite São Paulo: Companhia das letras, 2019.